

MANUEL DE CASTRO, CRÍTICO DO MODERNISMO E DO SURREALISMO

MANUEL DE CASTRO, A CRITIC OF MODERNISM AND SURREALISM

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2175-3180.v16i32p92-109>

Rui Sousa ¹

RESUMO

Manuel de Castro é essencialmente conhecido pelo seu trabalho poético, coligido em alguns livros raros mas decisivos. O universo poético do autor é um dos mais originais e representativos do seu tempo, explorando alguns dos mais relevantes motivos poéticos associados ao Grupo do Gafé Gelo. Contudo, Castro foi também um prolífero crítico literário, com textos dispersos em vários jornais portugueses dos anos 60 e 70. Neste artigo, proponho uma leitura panorâmica dos textos do autor, tendo como principal tópico de reflexão a relação entre a sua poética e a reflexão em torno do Modernismo e do Surrealismo, sobretudo no contexto da literatura e cultura portuguesas.

PALAVRAS-CHAVE

Manuel de Castro; *Orpheu*; Surrealismo; Modernismo; Hermetismo.

ABSTRACT

Manuel de Castro is best recognized for his poetry work, which is collected in a few uncommon but significant publications. The author's poetic universe is one of the most unique and characteristic of his time, delving into some of the most important lyrical motifs linked with the Gafé Gelo Group. Castro was also a prolific literary critic, with articles published in numerous Portuguese newspapers during the 1960s and 1970s. In this paper, I propose a panoramic reading of the author's texts, with the main topic of reflection being the relationship between his poetics and the reflection around Modernism and Surrealism, especially in the context of Portuguese literature and culture.

KEYWORDS

Manuel de Castro; Orpheu; Surrealism; Modernism; Hermeticism.

¹ Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Este texto propõe-se abordar dois tópicos relevantes na produção ensaística de Manuel de Castro, ainda dispersa, a que se acedeu na recolha elaborada por Ricardo Ventura, preparada para edição próxima.

Em primeiro lugar, pretende-se discutir o problema da interacção entre Manuel de Castro e os vários *ismos* que no seu tempo ainda marcavam presença, na esteira do Modernismo, do Surrealismo e de outros movimentos e correntes estéticas e doutrinárias. A produção crítica de Manuel de Castro pode parcialmente incluir-se numa tradição de assertiva e polémica reacção à sociedade portuguesa e aos vários agentes do meio literário, que tem antecessores em projectos como *As Farpas*, de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão ou *Os Gatos*, de Fialho de Almeida, seguindo de perto também a compreensão ampla de crítica que António Maria Lisboa propôs em alguns textos fundamentais e tendo como um dos grandes exemplos contemporâneos a obra de Luiz Pacheco, outro continuador da proposta abjeccionista do autor de “Erro Próprio”. Importa, contudo, compreender também de que modo esses textos de crítica literária e cultural documentam também um entendimento preciso de qual o papel específico da literatura, em particular da poesia, e de qual o estatuto do autor perante essa noção de poesia e relativamente à sociedade envolvente.

Associando-se a essa questão, importa pensar de que modo a autonomia idealizada por Manuel de Castro e pela sua geração, assim como o ecletismo que caracteriza a sua relação com diferentes tradições literárias e filosóficas, se conjuga com alguns textos nos quais parece bastante evidente a valorização de uma linhagem que tem na revolução modernista representada por *Orpheu* um verdadeiro pilar estruturante, provavelmente ainda mais expressivo do que a ligação do poeta ao movimento surrealista e à sua manifestação em Portugal. São importantes as lições que Manuel de Castro aprendeu com os modernistas portugueses e a que dá expressão em muitos destes textos, do mesmo modo que são também diversas as passagens em que se dedica a valorizar criticamente esses autores e o seu contributo para uma transformação na poesia portuguesa que, a seu ver, nunca mais foi abalada como nesse período da segunda metade da década de 1910. Em *Orpheu*, Manuel de Castro vê o último grande momento de transformação, não apenas da linguagem poética e dos recursos técnicos colocados ao dispor da criação literária, mas

também do estatuto da poesia, encarada como uma prática que deveria dialogar com o contexto envolvente e com o desejo de transformação da cultura em toda a sua expressão.

A noção de cânone poético português de Manuel de Castro, não andando muito longe daquele que será o cânone proposto por Herberto Helder na antologia *Edoi Lelia Doura*, década e meia depois da sua morte, passa, grosso modo, por uma estrutura consistente que parte de Gomes Leal e paralelamente de Cesário Verde – visto por Manuel de Castro como grande precursor de toda a poesia moderna portuguesa –, tem como núcleo fundamental os poetas mais importantes do momento do *Orpheu*, encontra em Mário Cesariny um outro caso muito importante e descobre em António Maria Lisboa o grande poeta-mito do Surrealismo português, responsável pelos mais originais contributos nacionais para o movimento surrealista internacional. No essencial, é este o horizonte histórico-literário proposto por Manuel de Castro.

O mais relevante, contudo, não será tanto o facto de o poeta valorizar esses autores e de lhes conferir um estatuto singular no panorama literário português que, na década de 60, se encontrava ainda longe de corresponder ao discurso oficial, embora fosse já partilhado com outros autores relevantes, alguns dos quais associados ao Grupo do Café Gelo. No presente estudo, afigura-se-me como muito mais decisivo um outro aspecto, sobretudo tendo em conta que é em torno de questões histórico-literárias que a presente abordagem se estrutura. Trata-se do modo como pensamento crítico de Manuel de Castro se enquadra exemplarmente na sequência de um traço estruturante da proposta poética de Fernando Pessoa e de outros poetas do *Orpheu*: a verdadeira alteração de escala no modo como o Modernismo propõe a sua integração no amplo devir da cultura portuguesa, acrescentando-lhe também um horizonte verdadeiramente internacional, que passa a ser o verdadeiro barómetro a partir se pensam a literatura portuguesa e o alcance que importa conferir-lhe.

Manuel de Castro capta muito bem esse horizonte historicamente amplo e de fronteiras porosas, partindo os seus textos de uma determinada concepção da poesia que não foge das potencialidades da interacção entre a vida e a obra e que se afasta de uma visão repetitiva e excessivamente dependente de modelos ultrapassados, sejam eles os “neo-arcadismos” ou os de índole superficialmente vanguardista, mas que mantêm com as vanguardas históricas uma relação estéril e essencialmente ornamental.

Não se tratará exactamente de biografismo em Manuel de Castro, mas de uma necessidade de coerência permanente entre uma determinada teoria literária, uma produção criativa que dela deriva e uma experiência vital implicada nesse processo e na qual se repercutem alguns dos elementos centrais dessa concepção englobante. Essa literatura, essa poesia, exige a constituição de um edifício autoral coerente, que se vai exprimindo nas diferentes manifestações do autor.

Em “Notas para Poesia”, que surgiu no terceiro número da *Pirâmide*, Manuel de Castro deixa claros alguns dos propósitos que atribui à poesia no contexto histórico em que viveu. A poesia deveria exprimir a urgência de uma revolta contra um modelo civilizacional esgotado, cujo modelo cultural permanece excessivamente voltado para a catalogação opressiva dos valores e mesmo para um certo prolongamento do espírito totalitário das décadas anteriores, por exemplo ao nível da contenção dos comportamentos. Essa decadência civilizacional exigia uma resposta forte por parte da literatura:

Requere-se a revisão total da linguagem (expressão-convivência), dos mitos que a enformam, e o regresso purificado à TRADIÇÃO. Tradição em que a qualidade mítica nela residente não seja desvirtuada pelo conhecimento circunstancial ou lógico; mas tradição «pela verificação ritual no estilo de vida (poesia) dessa qualidade» (*Pirâmide*, ano II, n. 3, dez 1960, p. 49)¹.

Para Manuel de Castro, no contexto português, pelo menos, o Modernismo foi o último momento que fez convergir essas duas intenções, habitando criticamente, quer um desejo de revolução civilizacional, quer uma prática poética coerente com esse anseio de intervenção na civilização, que também passa, obviamente, por uma intervenção directa num certo ambiente vivido. Trata-se de uma nova ideia de poesia que deveria ter como alcance fundamental a transformação dos valores de uma sociedade, ainda que não de acordo com qualquer intuito de projecção realista de assuntos imediatamente vividos no quadro político nacional ou internacional. Apesar de Manuel de Castro também deixar claro que, na dúvida, seria preferível uma poesia ao estilo das produções neo-realistas a uma poesia totalmente gratuita e despojada de qualquer intenção interventiva.

¹ Para mais directa relação das diversas referências aos textos de Manuel de Castro, optou-se por se manter esta forma de referenciação (N. do E.).

O texto de Manuel de Castro sobre hermetismo, “Apontamentos sobre Hermetismo e Religião na Poesia”, um contributo notável que se prolongou por vários artigos, revela muita daquela que é uma das grandes matérias-primas da sua obra, a associação entre a poesia e uma certa compreensão do fenómeno religioso, que não tem relações directas com as religiões organizadas, mas que dá proeminência à espiritualidade. Mais uma vez, é de reacção a uma civilização excessivamente materialista, sem qualquer dimensão espiritual profunda, que o poeta se ocupa, argumentando que a poesia é a única manifestação humana que se encontra em todos os tempos, em todas as civilizações, sobrevivendo aos ataques que lhe foram dirigidos por esses valores de ordem mais marcadamente superficial e materialista. Manuel de Castro propõe como hipótese de investigação um estudo compreensivo capaz de responder a uma interrogação determinante:

o «porquê» fundamental da difusão da poesia em todas as épocas, da aceitação incontestada desta ilógica forma de arte – quando afinal se verifica «logicamente» que as actuais civilizações pretendem, sem o conseguir, afirmar-se (?) através de processos dialécticos de pensamento e por meio deles estabelecer «a melhor verdade possível» (*Diário Ilustrado*, “Diálogo – Artes e Letras”, 9-11-61, p. 14).

Apesar dessa natureza aparentemente incompreensível, sobretudo num ambiente social dissuasor, a prática poética é entendida nesse texto como uma necessidade incontornável, mesmo que determine à partida um problema de incompreensão entre a singularidade individual do poeta e a sociedade a que pertence.

A perspectiva de Manuel de Castro associa-se, portanto, à mitologia do poeta maldito², também importante para o entendimento da obra do autor e da sua geração, conforme salientado, por exemplo, no contributo de António Cândido Franco para esse livro, Manuel de Castro relaciona uma certa experiência colectiva da alienação mental e o ataque que é dirigido aos supostos loucos que contestam os valores constituídos:

Talvez por não estarem informados acerca dos vários fenómenos que permitem a criação poética, muitos psicopatologistas não hesitam em classificar os poetas entre os neuróticos, sem considerar que a loucura

² Quanto a esse assunto, e à sua relação com um outro arquétipo actuante na época, o do libertino, Cf. George (2013) e Sousa (2023).

é um estado cuja designação está dependente de classificações de valor variável, sem escala absoluta; classificações essas que são tão correctas como se os poetas, por sua vez, decidissem considerar loucos todos os psiquiatras (*Diário Ilustrado*, “Diálogo – Artes e Letras”, 22-6-61, p. 14).

Esta questão inscreve a dinâmica do pensamento de Manuel de Castro no contraponto entre a sociedade totalitária e homogeneizadora e os supostos desregramentos associados à condição poética. Ao longo de toda a obra do poeta, torna-se evidente que o seu entendimento do que é ou deveria ser uma genuína tradição poética extravasa a noção de poesia em sentido estrito, para se adaptar a uma série de correntes filosóficas e ocultistas. É esse aspecto que ajuda a compreender por qual motivo, a par de um poeta como Gérard de Nerval, compreensível à luz de uma certa tradição romântica e mesmo modernista, Manuel de Castro salienta como precursores casos como os de um Heráclito ou de um Nostradamus. Castro procura descrever os rumos pelos quais se percebe a centralidade da presença do hermetismo nas obras dos grandes autores modernistas e surrealistas. Um dos aspectos mais recorrentes do seu pensamento é a afirmação de que “dos maiores poetas europeus muitos se ocuparam do estudo da antiguidade e das práticas de carácter exotérico e esotérico que nela tinham origem: Dante, Pessoa, Breton, Artaud, etc.” (*Diário Ilustrado*, “Diálogo – Artes e Letras”, 22-6-61, p. 14).

A inclusão do poeta dos heterónimos num enquadramento plural, a par de dois dos representantes maiores do movimento surrealista, é significativa, denunciando, por um lado, a valorização do Modernismo português e, por outro, a sua incorporação num panorama que transcende as arrumações da historiografia literária tradicional, em termos cronológicos e geográficos. Por outro lado, a menção a Dante exprime um outro traço relevante da proposta de Manuel de Castro, atento não apenas a um contexto de recepção de certos veios heterodoxos da fonte greco-latina – o muito influente Heráclito é representativo³ – e a uma certa

³ Como salienta Manuel de Castro (*Diário Ilustrado*, “Diálogo – Artes e Letras”, 21-9-61, p. 14-15), Heráclito foi, pela forma particular dos seus pensamentos e ao nível da expressão, um poeta, e não apenas um filósofo pré-socrático: “Motivo de polémicas, das mais diferentes opiniões, a obra de Heráclito, *poética por excelência*, provocou, nos tempos mais recentes, interpretações que tentam enquadrá-la em modernos conceitos artísticos, filosóficos e literários. Nietzsche, Shuré, os Alquimistas, investigadores e eruditos, procuraram e procuram esclarecer (quer em benefício próprio, isto é, justificação de atitudes pessoais, quer tendo como finalidade um novo prisma de

linhagem contemporânea de matriz romântica e vanguardista, mas também a um momento que Pessoa e Cesariny valorizaram bastante, o período situado entre o final da Idade Média e os primeiros tempos da Renascença⁴. Esse período corresponde a um verdadeiro esteio da arrumação histórico-literária promovida pelos modernistas e surrealistas, dado que, segundo eles, antecede o corte civilizacional que institui uma ideia de ordem e de normalização e que remete para as margens uma série de saberes alternativos, que urgia recuperar. A propósito de Nostradamus, por exemplo, Castro afirma:

Não por acaso, a apocalíptica arte de Nostradamus situa-se no período da Renascença, época de tentativa de revalidação de processos e convicções do greco-romanismo, estes mesmos derivados das civilizações orientais e, fundamentalmente, da egípcia (*Diário Ilustrado*, “Diálogo – Artes e Letras”, 12-10-61, p. 14-15).

Essa compreensão da cultura, assente no relevo conferido à tradição hermética, culmina numa noção de poesia como acesso plural ao

análise histórica) a posição espiritual dos herméticos segundo o tipo peculiar de civilização a que pertenciam e as determinantes da espécie de prospecção intelectual que promoviam. Heráclito é uma das figuras dominantes dessa preocupação de perspectiva”.

⁴ Numa passagem da resposta ao inquérito “Portugal, vasto Império”, publicada em 28 de maio de 1926, Pessoa (2011, p. 268-269) descreve esse período específico e o seu impacto efemeramente positivo na cultura portuguesa: “No fim da chamada Edade Media, e no princípio da Renascença, esboçamos, é certo, um acentuado movimento cultural, que abrange os Cancioneiros, os Romances de Cavallaria, e um ou outro phenomeno como a especulação de Francisco Sanches, aliás formado em outro ambiente; mas em breve o vinco, muito mais typicamente nacional, das Descobertas, arrastava para si toda a vitalidade portugueza, e o Catholicismo, então em periodo de reacção, se encarregou de anular aquella liberdade de especulação, sem a qual a cultura é impossível”. Repare-se na proximidade entre essas observações e a seguinte passagem de uma carta de Mário Cesariny a António Cândido Franco: “Para mim, a História é Outra. E negarmo-nos, em absoluto, aquilo que é admitido como Progresso – admitido é pouco: exigido – nas nações, nas Pátrias, que começam a constituir-se e a delimitar-se como tais – à custa de guerras horrorosas, sabe-se, com, primeiro pano de fundo na Reforma e na Contra Reforma, e tudo o mais que cabe no a partir do I Renascimento (mas há quem lhe chame o II e não goste dele) [...] é, no século XVI, com o fechar de portas do seu quadrado – insisto, não falo em decadência, falo em “morte”, ou melhor, “ocultação, se quiser, – que Portugal conhece o que é para mim o mais alto grado, da sua *presença* no planeta, em obras sem paralelo, ao tempo, e ainda hoje! O XVI é verdadeiramente o nosso ‘século de ouro’, com a ‘Menina e Moça’, do Bernardim, com os ‘Diálogos dos Simples’, de Garcia da Horta, com ‘A Castro’, do A. Ferreira, com a ‘Consolação das Tributações de Israel’, do Samuel Usque, com o ‘Que Nada se Sabe’, do Francisco Sanches, com a ‘Peregrinação’, do Fernão Mendes Pinto, com o ‘Amadis de Gaula’” (Cesariny, 2013, p. 12-13).

conhecimento, que passa pela transmissão histórica de pesquisas e de hipóteses, através de um verdadeiro nomadismo epistemológico:

Dos muitos poemas que preponderantemente influenciaram épocas e que beneficiaram de conceitos herméticos do tempo ou através do tempo em que foram elaborados, referem-se nestes apontamentos três: os «Versos Áureos», de Pitágoras; o «Bhagavad-Gitâ» e o «Apocalipse», de S. João.

Nenhum destes poemas pode ser atribuído com certeza a um único autor. No entanto, a sua unidade estilística, se bem que possivelmente realizada por vários e em diferentes períodos, é incontestável (*Diário Ilustrado*, “Diálogo – Artes e Letras”, 6-7-61, p. 14).

A sabedoria que se foi conservando nessas obras e nessas concepções filosóficas e poéticas com forte sabor iniciático corresponde a uma teoria poética e à presença de uma alternativa ao paradigma dominante, afirmando por contraste o relativismo das suas verdades e, portanto, a falência das suas proclamações universalistas.

O facto de essas obras, “definidamente religiosas, reclamarem preparação para integral acesso a elas, e estarem escritas em linguagem desligada da realidade objectiva e material” (*Diário Ilustrado*, “Diálogo – Artes e Letras”, 6-7-61, p. 14), contribui para uma experiência da poesia que aponta precisamente no sentido de uma unidade entre o estudo activo de conhecimentos ocultos ou ocultados e a superação do excessivo materialismo vivido em sociedade. Trata-se de uma tarefa solitária, afim do individualismo poético idealizado pelos abjeccionistas portugueses, dado que o poeta é equiparado a um adepto em busca de uma revelação superlativa:

Ele construirá o seu próprio poema por indicações, sinais, sugestões, onde a lógica é contextual como em toda a poesia. Não parece existirem muitas solicitações interpretativas nos textos; reduzindo-os aos seus próprios limites literais, depende apenas da liberdade de espírito com que forem lidos e forem assimilados (*Diário Ilustrado*, “Diálogo – Artes e Letras”, 6-7-61, p. 14).

A poesia aparece como o derradeiro bastião de uma resistência necessária, permanentemente em confronto com o peso de uma lógica racionalista representada pelo rigor abstractizante da validade científica: “A verdade artística não o é, como a maioria das nossas verdades,

científicas, por estatística, mas gnóstica e relativa” (*Diário Ilustrado*, “Diálogo – Artes e Letras”, 6-7-61, p. 14).

Em textos dedicados à discussão da poesia portuguesa sua contemporânea, Manuel de Castro opta por denunciar o predomínio de duas correntes predominantes, ambas contrárias à sua proposta:

um neo-arcadismo «sui generis» comprometido aprioristicamente com diversas doutrinas filosóficas, políticas e morais; e uma outra actividade que, se bem que menos dependente de teorias ou sistemas, se admite, antes de mais nada, como revolucionária” (*Diário Ilustrado*, “Diálogo – Artes e Letras”, 13-4-61, p. 14).

A primeira dessas vertentes corresponde a um virtuosismo linguístico que reduz a poesia a uma actividade puramente estética e formalista; já a poesia paradoxalmente descrita como “«canonicamente» revolucionária” é, segundo Castro, o reflexo acabado de uma certa mitologia do vanguardismo encapsulado em si mesmo, dando continuidade às práticas dos movimentos poéticos fundadores, mas sem o carácter revolucionário que estes haviam representado ao inaugurarem uma nova época poética.

É nesse quadro que Manuel de Castro sinaliza aquele que, a seu ver, foi o último grande momento de desenvolvimento poético:

Desde Fernando Pessoa e o «Orfeu», a nossa poesia não sofreu qualquer movimento suficientemente renovador das regras de execução e a linguagem tem sido usada através de fórmulas e palavras admitidas preconcebidamente como poéticas. [...] Uma das questões vem a ser que poema está a ser realizado por e para uma determinada concepção literária e foge assim à sua condição de exprimir uma situação – o poeta no mundo tal como o encontra – passando acieitemente a fazer parte de um «puzzle» de actividades intelectuais com sua moralidade variável de bem e de mal (*Diário Ilustrado*, “Diálogo – Artes e Letras”, 13-4-61, p. 14).

Castro conduz a sua proposta de acordo com um dos grandes pilares da atitude poética modernista e surrealista, a desconfiança profunda relativamente a agrupamentos literários. A exigência de um permanente individualismo identitário e criativo, mesmo no contexto de manifestações de sabor grupal ou colectivo, implica a necessidade de constituição de um percurso expressivo inconfundível, que se recusa a

seguir regras ou normas além daquelas que o próprio indivíduo vai definindo. A poesia converte-se, portanto, na mais plena manifestação de um estilo de vida indomesticável. Ora, é significativo que a manifestação surrealista em Portugal seja minorizada, por contraste com esse momento fundador do *Orpheu*:

No sentido de uma maior responsabilidade humana em relação à poesia, é inegável que o esforço de alguns dos surrealistas portugueses foi notável; mas os limites exteriores que condicionaram o movimento quase anularam as repercussões que ele poderia ter tido; de tal modo, que o pacato crítico literário do país classifica ainda hoje de surrealista qualquer obra que não entenda, como uma década atrás a teria chamado existencialista; enfim, um problema de moda burguesa (Diário Ilustrado, “Diálogo – Artes e Letras”, 20-4-61, p. 14).

Segundo Manuel de Castro, portanto, as manifestações portuguesas do movimento surrealista, apesar dos seus esforços, não conduziram a resultados significativos no domínio da transformação dos paradigmas implicados na compreensão dessa realidade singular que é a poesia. Assim, pelo menos em Portugal, o Surrealismo acabou por ser rapidamente absorvido pelo vocabulário comum, embora sem escapar tom pejorativo que sempre esteve reservado a todas as manifestações que se apresentaram como heterodoxas.

Na terceira parte do texto “Alguns aspectos da actual poesia portuguesa”, Manuel de Castro vai mais longe no contraponto entre o *Orpheu*, por um lado, e todos os outros movimentos literários e filosóficos do século XX português, incluindo aqueles que alguns, como Mário Cesariny, tendiam a valorizar como reacção ao progressivo impacto de Fernando Pessoa:

Saudosismo, Integralismo, Futurismo, (Orpheu), Presença, Neo-realismo, Surrealismo – eis alguns dos nomes atribuídos a agrupamentos que entre a filosofia e o poético tentaram estabelecer vagas directrizes para pensamento e arte neste país.

Para além do ridículo que constitui a pretensão de actuar pedagogicamente por meio da inovação estético-literária, se exceptuarmos o «Orpheu» que, como já se referiu, revolucionou de facto os hábitos mentais quer da elite intelectual(ista) portuguesa quer do snobismo burguês, todos os outros pseudo movimentos se podem considerar como produtos de ameno cavaqueio político ou de tertúlia

estudantil regional (*Diário Ilustrado*, “Diálogo – Artes e Letras”, 26-10-61, p. 14-15).

Subentende-se, portanto, que o *Orpheu*, apesar de também ter contribuído para a edificação do paradigma em que se estrutura o meio literário com que Manuel de Castro conviveu ao longo da sua vida e que atingira o seu auge na década de 60, acabara por conseguir ser o único movimento capaz de ultrapassar o plano das intenções para ter impactos efectivos junto das elites intelectuais, impondo uma interpretação do labor poético e da sua avaliação por parte da crítica especializada.

Manuel de Castro aproxima-se, em parte, do conteúdo de um célebre ensaio de Eduardo Lourenço, “A Presença ou a Contra-Revolução do Modernismo”, publicado a 14 e a 28 de Junho de 1960 no *Comércio do Porto*, pouco mais de um ano antes dos artigos em apreço. Castro considera que a *Presença*, ao contrário do que ocorreu com os movimentos nacionalistas constituídos em torno de Teixeira de Pascoaes e de António Sardinha, teve algum impacto, através da ampla difusão das obras dos seus colaboradores, mas também dado que foi no seu seio que se desenvolveram outros movimentos, como o neo-realista. No entanto, o movimento presencista nada trouxera de genuinamente renovador, tendo apenas contribuído para o panorama de “contínua desmultiplicação dos «ismos», das modas, dos tiques, seja na poesia escrita seja na arte duma maneira geral”, problema que ajuda a configurar um momento histórico submetido a interesses vários, nenhum deles imediatamente de signo poético (*Diário Ilustrado*, “Diálogo – Artes e Letras”, 26-10-61, p. 14-15)⁵.

Como fica claro no já referido artigo “Apontamentos sobre Hermetismo e Religião na Poesia”, o *Orpheu* que Manuel de Castro tem em mente é particularmente notável pelo facto de ter conseguido conferir a devida importância a manifestações do património cultural de índole

⁵ O ataque à obsessão cultural pelos ismos encontra-se aprofundado na terceira parte do ensaio “Crítica, Poesia e Literatura”, publicada no *Diário Ilustrado* de 15 de Março de 1961. No elenco presente neste texto, encontram-se também integrados os ismos propostos pelo movimento de *Orpheu*, nomeadamente por Pessoa: “Classificadorismo: a febre do rótulo invadiu de tal modo a actividade artística e a fabricação serial de escolas artísticas que é um louvar o diabo. Surrealismo, cubismo, concretismo, letrismo, intimismo, objecionismo, interseccionismo, signismo, futurismo, saudosismo, integralismo, expressionismo, impressionismo, dadaísmo, neo-realismo, supernaturalismo, simbolismo, etc., etc., etc... [...] Como se uma obra de arte se realizasse em função de arquétipos filosófico-doutrinário-estéticos e como se, em verdade, as teorias, em arte, não surgissem de maneira inversa, isto é, como resultantes e não como propulsoras da criação artística” (*Diário Ilustrado*, “Diálogo – Artes e Letras”, 15-3-62).

hermética. É nesse sentido que se associam ao ambiente da icónica revista modernista portuguesa vários autores profundamente implicados na experiência do hermetismo, antecipando aquele que, para Castro, é o nome maior do Surrealismo português, António Maria Lisboa:

Componentes do Grupo «Orfeu»: F. Pessoa, Ângelo de Lima, Raul Leal, Sá-Carneiro, Almada Negreiros; todos abordaram, por vezes superficialmente e apenas no que respeita a aparências literárias, problemas relacionados com o conhecimento hermético. F. Pessoa: interpretação teosófica, religiosidade hermética. Raul Leal: o profeta Henoah. Almada: a *Invenção do Dia Claro*, as chaves pictóricas, a ordenação dos elementos plásticos. Ângelo de Lima: evocação, sacratização. Sá-Carneiro: os números, os símbolos. Mais recentemente: António Maria Lisboa: o que foi publicado dos seus escritos expende uma teoria do conhecimento gnóstico e poético original no quadro das experiências surrealistas (*Diário Ilustrado*, “Diálogo – Artes e Letras”, 20-7-61, p. 14).

É esse o panorama que Manuel de Castro assume como o seu passado mais imediato, mesmo que se perceba nesta observação a crítica a alguma superficialidade das pesquisas desenvolvidas pelos poetas modernistas, demasiado vocacionados para uma compreensão essencialmente literária da poesia.

Num inquérito sobre Fernando Pessoa organizado e apresentado por Henrique Lima Freira para o jornal *Notícias de Chaves*, publicado no dia 4 de Novembro de 1961, ao qual responderam Ernesto Sampaio, António Barahona da Fonseca, José Carlos González, Alfredo Margarido e Manuel de Castro, percebe-se melhor a dimensão da obra pessoana que mais interessou a Castro:

Abandonando o habitual âmbito literário onde se tem vindo a situar a obra de Fernando Pessoa e procurando reflectir antes na importância dela em relação a uma conquista do espírito no plano geral das suas realizações, encontro na multiplicidade de perspectivas que ela oferece um desdobramento dos cânones tradicionais da poesia em todos os processos que até ao seu aparecimento existiam e uma refusão posterior desses cânones num objecto renovado (32 In «Atrium – Artes e Letras», *Notícias de Chaves*, 04-11-61).

É o confronto do espírito plural de Pessoa com os cânones poéticos anteriores e a sua capacidade de os relativizar evidenciando a necessidade

de renovação permanente dos paradigmas que merecem o maior destaque. Na sua pluralidade, entendida como gesto crítico com alcance literário, ético e estético, a obra pessoana denuncia uma invulgar capacidade de resistir a classificações simplificadoras e unilaterais, mesmo quando se dedica a propor uma variada gama de grelhas de leitura. Trata-se de uma assumida “tentativa individual” de intervenção num conjunto determinado, apesar das circunstâncias pouco adequadas a essa manifestação e dos esforços póstumos de apropriação da sua obra “para beneficiar sociedades de recreio duvidoso e mal intencionado, também elas repugnantes” («Atrium – Artes e Letras», *Notícias de Chaves*, 04-11-61). De algum modo, o ataque que Mário Cesariny foi dirigindo a Fernando Pessoa ao longo de décadas, culminando na publicação de *O Virgem Negra* (1989), participa dos mesmos argumentos de Manuel de Castro, que insiste na exemplaridade da atitude pessoana, mas recusa qualquer identificação com os exageros da exegese póstuma e do mito Pessoa que gradualmente se começou a edificar.

Uma década depois desse inquérito, o exemplo de Pessoa é também convocado no quadro de um outro debate, dessa vez a propósito da noção de autor maldito. Manuel de Castro opõe-se à reflexão de Luiz Pacheco, que, no *Diário de Lisboa* de 1971, esboçara alguns rudimentos de contextualização do assunto, procurando aparentemente defender-se dos ataques que lhe eram dirigidos e visavam defini-lo como maldito, mas fazendo-o de modo a deixar implícita a sua pertença a uma tradição de autores marginalizados pela mundividência dominante, apesar do seu relevo na cultura portuguesa. Castro reage para distinguir Pacheco daqueles que poderiam, de facto, considerar-se malditos, como Cesário Verde, Fernando Pessoa ou António Maria Lisboa, autores que se encontravam fora do circuito do seu tempo, prejudicados por esquemas vários e que, por isso mesmo, pouco ou nada publicaram em vida (*Diário de Lisboa*, 25-2-1971).

Deve salientar-se a inclusão de Cesário no panorama histórico-literário que os ensaios de Manuel de Castro, dispersamente, mas com grande coerência e continuidade, procuraram esboçar. Definido em 1962 como “patrono da moderna poesia portuguesa”, é uma vez mais a inteireza do seu exemplo que permite a Cesário afirmar-se como um modelo fundador:

Os surtos da nossa mais recente poesia [...] são tributários de Cesário Verde, o início de um ciclo cujas dimensões e consequências só poderão ser inteiramente medidas com a extinção da vitalidade actualíssima dos versos do poeta; isto é, quando esses versos saírem da vida para entrarem definitivamente nos museus que constituem as histórias de literatura (*Diário Ilustrado*, “Diálogo – Artes e Letras”, 31-5-62, p. 12; *Diário Popular*, 31-5-62).

O essencial do que se tem defendido neste texto poderá ser resumido a partir de uma entrevista que, no dia 5 de Janeiro de 1961, procurou apresentar ao público dois jovens poetas, Manuel de Castro e Henrique Tavares. Nas suas respostas, Castro não deixava dúvidas quanto à sua relação com o movimento surrealista, menos imediata do que a crítica da época já tendia a dar como adquirido, cenário que não se alterou significativamente nas últimas décadas; com efeito, o poeta reagia atacando a pobreza da crítica literária portuguesa e o “desconhecimento quase total dos processos e das intenções do movimento surrealista por parte dos críticos portugueses officiosamente autorizados” (*Diário de Lisboa*, 05-01-61). Para Castro, importava sobretudo equacionar-se a distinção entre o Surrealismo como uma doutrina com contornos estabelecidos, entendida por exemplo como uma manifestação de tipo literário, e uma compreensão da experiência surrealista mais ampla e activa, que indiscutivelmente conduzira a certas descobertas ou pelo menos à recuperação de conhecimentos e pensadores silenciados.

Por outro lado, quando convidado a elencar os poetas portugueses mais importantes, Manuel de Castro resume com grande rigor aquela que é, salvo algumas singularidades, a perspectiva de Cesariny, ao longo das suas antologias e ensaios esboçando questões histórico-literárias, e sobretudo a de Herberto Helder, na antologia *Edoi Lelia Doura*: “Camões, Fernão Mendes Pinto, Nicolau Tolentino, Cesário Verde, Gomes Leal, Camilo Pessanha, Fernando Pessoa, António Maria Lisboa e Ernesto Sampaio” (*Diário de Lisboa*, 05-01-61). Valorizando sobretudo três grandes momentos históricos, o renascentista, o barroco e aquele que culmina no Modernismo e no Surrealismo, este olhar panorâmico de Manuel de Castro conjuga a valorização de autores individuais e a persistência de processos e pesquisas à margem de delimitações estéreis. Um percurso que se constitui através da edificação produtiva de vasos comunicantes entre momentos diversos, incluindo o seu, dada a presença de Ernesto Sampaio. O plano dos movimentos literários, numa perspectiva desse tipo, é

reduzido à sua absoluta inoperância. Devem assinalar-se algumas omissões muito relevantes, em especial os casos de Mário de Sá-Carneiro e de Mário Cesariny, que, para muitos dos contemporâneos de Manuel de Castro, constituem peças operativas, o primeiro dado por vezes como contraponto superlativo ao modelo pessoano, o segundo encarado como o mais representativo poeta surrealista português.

Numa outra entrevista dada ao *Diário Ilustrado*, de 3 de Novembro de 1962, esse elenco é ligeiramente ampliado:

Creio que os poetas portugueses actuais, exceptuando alguns nomes como os de Cesariny, Bettencourt, Herberto Helder e dois ou três outros, estão mais preocupados com um lugar ao sol das belas-letas do que com a arriscada aventura que é progressão do artista no seu trajecto de investigador amoroso das coisas e da sua conexão universal. Essas duas posições são absolutamente incompatíveis.

A leitura do Surrealismo português, contudo, mantém-se coesa, oferecendo uma dimensão superlativa a António Maria Lisboa, verdadeiro mito da Geração do Café Gelo: “Todavia, o surrealismo teve o seu representante íntegro entre nós – António Maria Lisboa – e deu origem ao aparecimento de outro poeta maior: Cesariny [...] Quanto a Cesariny, vai estando vivo; é, pelo menos, o que consta”. Cerca de um mês mais tarde, no mesmo jornal, a relação de Castro com a literatura portuguesa mantém-se entre a desvalorização de manifestações contemporâneas, como *Poesia 61* ou os prolongamentos do Neo-Realismo, e a proeminência da linhagem trans-histórica com que se identifica: “Mais direi: exceptuada a obra magnífica dos nossos cronistas e um grande poeta que foi Fernão Mendes Pinto, mais próximamente apenas Cesariny e Pessoa, a nossa literatura nasceu defunda”. Esse horizonte trans-histórico reflecte-se, por exemplo, nas epígrafes que Manuel de Castro escolhe para alguns destes ensaios, que incluem, entre outros, Fernão Mendes Pinto e Álvaro de Campos, a par de poetas e filósofos de diferentes tradições e nacionalidades, como Fulcanelli, Nerval, Adamov, Carlos Drummond de Andrade, Jean Rostand ou “um poeta negro do Haiti” («A Entrevista do Dia», *Diário Ilustrado*, 18 de Dezembro de 1962).

O teor subtilmente controverso e original das suas propostas também se encontra evidenciado no modo como, quando convidado a pensar em termos de movimentos de carácter literário e não de poetas, opta

por mudar de registo. À prontidão com que apresentara uma trajectória clara e coerente, pelo menos em termos do seu projecto teórico e crítico, segue-se a recusa de cooperar com os procedimentos da crítica oficial: “Não tenciono estabelecer ou incluir-me em qualquer praxe. A literatura ou a poesia – produção escrita – são subsidiárias de uma viagem. Pessoalmente não concebo nenhuma doutrina harmónica para um movimento literário. Penso mesmo que a partir do «Orpheu» tal coisa não aconteceu em Portugal” (*Diário de Lisboa*, 05-01-61). Mais uma vez, portanto, a revista modernista portuguesa aparece como uma espécie de singularidade sem precedentes nem continuidade efectiva, permanecendo como único movimento que merece ser lembrado colectivamente, e não apenas em função de alguns poetas isolados, cujo valor é pessoal, não derivando das escolas ou doutrinas a que tendem a ser associados.

A conclusão da entrevista, que poderia encontrar-se sem grandes alterações em muitos dos textos em que Pessoa reflectiu sobre o futuro da literatura portuguesa e a necessidade de esta exprimir uma ambição de universalidade, é o exemplo acabado do alcance que Manuel de Castro procurava conferir à literatura portuguesa, inserida numa escala mais vasta do que a das estereis disputas regionais: “A literatura portuguesa será universal na medida em que crie nos homens – e não apenas nos Portugueses – interesse pelo seu conhecimento. Neste caso não será apenas literatura portuguesa, mas fará parte de um panorama mais vasto de projecção humana” (*Diário de Lisboa*, 05-01-61).

De modo a concluir este ensaio, importa sublinhar ainda um aspecto associado ao que se tem defendido: a crítica de Manuel de Castro aos excessos de uma certa democratização da actividade literária, que permitiu que qualquer um começasse a poder considerar-se poeta, procurando um lugar à sombra das instituições vigentes e de alguns dos seus consagrados. O ciclo “Hormonas para Sísifo” aborda o problema em pormenor, denunciando um panorama no qual proliferam as publicações, sem que essa abundância represente qualquer progresso em termos de qualidade inequívoca do que é publicado ou em termos de inovação nos processos e nas propostas. Segundo Castro, os valores promovidos pelo meio literário da época conduziam, facilmente, ao triunfo de todo o tipo de arrivistas e de trapaceiros, ao mesmo tempo que reduzem o diálogo entre escritores e leitores ao jugo de um grupo restrito de críticos:


Incapazes de um árduo trabalho solitário de descoberta e conquista, os mentores e pseudocultores das manifestações culturais lançam-se com impudor a ensinar ao restrito e semialfabetizado público das nossas letras e artes o que pretendem conhecer, os segredos do ofício, a panaceia para as inquietações mentais, o «abre-te Sésamo» de todos os problemas do universo; tendo todavia como objectivo apenas a valorização do minúsculo nome literário, a expansão do lugar ocupado num ambiente em que a compita para a obtenção da fama mais parece disputa de bordel que actividade de seres conscientes da condição de intelectuais, participantes de uma elite (que esta palavra não repugne aos humanistas de pacotilha, algibebe da literatura) (*Diário Ilustrado*, “Diálogo – Artes e Letras”, 11-10-62, pp. 12-13).

Essa passagem reafirma todas as singularidades da crítica literária promovida por Manuel de Castro. Combativo e pouco complacente com os vícios do meio literário da época, o poeta recusa alinhar em exercícios de menorização do estatuto da actividade poética. Para Manuel de Castro, a poesia deveria ser entendida como prática milenar com repercussões nas mais diversas civilizações, correspondendo a uma condição que não deveria ser alienada a programas ideológicos ou reduzida a mero passatempo ornamental. Precisamente por isso, a denúncia da uniformidade dos processos e das ideias e a recusa de uma leitura simplista do mote apropriado a Lautréamont – *a poesia deve ser feita por todos* – tornam-se urgentes, para que à opressiva instauração da literatura como labor literário sem coincidência com a profundidade da vida dos escritores possa contrapor-se, com a vitalidade possível, uma outra compreensão do poeta e das suas prerrogativas.

REFERÊNCIAS

- CESARINY, Mário. *Cinco Cartas de Mário Cesariny [a António Cândido Franco]*. Ed. António Cândido Franco. Évora: Licorne, 2013.
- GEORGE, João Pedro. *O que é um Escritor Maldito? Estudo de Sociologia da Literatura*. Lisboa: Verbo, 2013.
- PESSOA, Fernando. *Sebastianismo e Quinto Império*. Ed. Pedro Sepúlveda e Jorge Uribe. Lisboa: Ática, 2011.
- SOUSA, Rui. *Do Libertino: Revisões de um conceito através do caso de Luiz Pacheco*. Lisboa: Tinta-da-china, 2023.


Recebido em 13 de março de 2024
Aprovado em 15 de novembro de 2024

Licença: 

Rui Sousa

Investigador do Grupo 1 do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Universidade de Lisboa. Mestre em Estudos Românicos – Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea e Doutor em Estudos de Literatura e de Cultura pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Contato: ruidnsousa@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-2810-0092>